

Marcílio se explica

Luiz Antonio — 6/8/92

O ex-ministro da Economia Marcílio Marques Moreira confirmou ontem sua presença na reunião de agosto de 1991, com o então presidente Fernando Collor e o secretário do Planejamento, Pedro Parente, em que este foi designado intermediário do Executivo para negociar com os *anões* da Comissão do Orçamento a aprovação do projeto orçamentário do ano seguinte.

Marcílio negou, no entanto, a existência de verbas carimbadas — com destinação específica — de interesse de alguns parlamentares, denunciada pelo deputado Messias Góis (PFL-SE), semana passada na CPI do Orçamento. Mas confirmou que ficou decidido na reunião que Parente procuraria o então presidente da Comissão de Orçamento, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), e o relator, deputado João Alves (sem partido-BA), para tentar limitar o número de emendas que seriam apresentadas pelos parlamentares. “A negociação, no entanto, se frustrou. Os parlamentares apresentaram 72 mil emendas”, disse o ex-ministro.

Segundo Marcílio, com o pedido para limitar o número de emendas, o Executivo pretendia evitar a pulverização do Orçamento para atender a interesses específicos de deputados. Na proposta levada por Parente, o Executivo contrapunha a limitação,



Marcílio confirmou participação

destinando parte dos recursos para atender a interesses dos parlamentares, mas exigia que eles fossem limitados a uma parcela do orçamento. O ex-ministro fez questão de frisar que esses recursos seriam destinados para fins legítimos: “Queríamos evitar o desvirtuamento do orçamento”.

Marcílio disse também que o Executivo suspeitou que a Comissão de Orçamento estivesse superfaturando a receita do ano seguinte quando propôs uma determinada correção e verificou que o Congresso estava trabalhando com um fator 30% superior.